

ORGANIZAÇÃO E O FUNCIONAMENTO DOS JARDINS-DE-INFÂNCIA EM CABO VERDE – UM ESTUDO DE CASO

Lionilda Mágueda Évora de Sá Nogueira
lnogueira@egi.ua.pt
lionilda.nogueira @ise.cv

Resumo

A melhoria da qualidade dos serviços e produtos tem se revelado um desafio nas sociedades modernas em todos os domínios e com muito mais razão de ser no sector educativo. Sabemos que a melhoria da qualidade passa pelo desenvolvimento do capital humano. No entanto sabemos que as crianças não crescem somente em estatura; desenvolvem, evoluem e adquirem maturidade, conhecimento cada vez maior sobre as pessoas e objectos que as circundam e de problemas a resolver (Fórum de Consulta Internacional de Educação para Todos). A família e a escola são as principais responsáveis pela educação de crianças e adolescentes. A qualidade da educação oferecida às crianças e adolescentes na escola, dependem de entre outros aspectos da organização e gestão das organizações educativas. Em Cabo Verde a política educativa preconiza a educação em vez de ensino pré-escolar; entendendo que nessa fase deve-se preparar a criança, estimulando-a criando motivações que serão facilitadores de sucesso no Ensino Básico. Considerando que a educação deve ter início desde cedo e que o desenvolvimento socioeconómico de um país depende da formação do seu capital humano, este artigo apresenta um estudo de caso sobre a organização e funcionamento dos Jardins de infância, na medida que um dos parâmetros da qualidade centra-se na organização e processos de gestão.

INTRODUÇÃO

Este trabalho de investigação visa apresentar a Organização e Funcionamento dos Jardins-de-infância em Cabo Verde. Para o efeito realizou-se um estudo de caso em três jardins da capital. O documento encontra-se organizado em três capítulos: o capítulo 1 trata dos conceitos inerentes ao tema em estudo. No capítulo 2 apresenta-se um breve panorama sobre a Educação de Infância em Cabo Verde, os constrangimentos e desafios desse sub sector e o capítulo 3 apresenta a análise e interpretação dos dados recolhidos e as principais conclusões.

I - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO CONCEPTUAL

1.1 Protecção e despertar da pequena infância

As crianças não crescem somente em estatura. Desenvolvem-se, evoluem-se e adquirem maturidade, através de conhecimento cada vez mais rico das pessoas e dos objectos que as envolvem.

Para Kramer, S., (2003) e Lewin (citado Teixeira, S., 1998) o comportamento é construído da interacção da Pessoa com o ambiente.

Existe um percurso, um desenvolvimento geral que é igual para todas as crianças. No entanto, o ritmo, o carácter e a qualidade variam de criança para criança. A cultura influi sobre diversas formas de desenvolvimento e os objectivos formulados para as crianças, divergem de uma cultura para a outra.

A protecção e o despertar da criança não se resumem apenas no que se passa no lar da criança, mas também os cuidados que necessita para crescer.

Para que as crianças se desenvolvam e aprendam de forma saudável é necessário satisfazer não só os cuidados básicos de protecção, nutrição, saúde e também propiciar estimulação, afectividade, segurança e aprendizagem por descoberta.

Denomina-se actividades de protecção e despertar da criança, as que permitem um apoio adequado às crianças e que visem melhorar o contexto onde estão inseridas. Consiste em colaborar com os pais/Encarregados de Educação visando ensinar-lhes como melhor educar, trabalhar com as irmãs, irmãos e os demais membros da família visando ajudar-lhes a considerar as demais necessidades específicas das crianças, oferecer-lhes condições para fazerem a guarda da melhor forma possível e outras formas de educação da pequena infância ou melhorar as existentes, bem como apoiar a comunidade em disponibilizar a ajuda económica, material, moral às famílias e crianças.

Porque deve-se incluir a educação de base nos programas de protecção e despertar da criança?

Quando se constrói um edifício, inicia-se pelo alicerce. Da mesma forma quando se pretende educar uma pessoa deve-se começar por investir na educação pré-escolar, base do desenvolvimento futuro da criança.

No seio das respectivas famílias e comunidade a criança apreende os valores culturais. Assim é importante apoiar a criança no sentido de adquirir capacidades físicas, mentais e sociais que a permitam sobreviver e evoluir-se.

O sucesso/insucesso que a criança obterá futuramente na vida escolar depende em grande parte da base construída no pré-escolar.

Os especialistas afirmam que investir na pequena infância constitui um meio por excelência de evitar ou minimizar problemas futuros de aprendizagem e propiciam o desenvolvimento tanto da pessoa como da sociedade onde se insere.

1.2 Domínios de impacto da intervenção no pré-escolar

Segundo o 2º Fórum da UNESCO, o primeiro impacto verifica-se no desenvolvimento do cérebro, pois nos dois primeiros anos de vida, desenvolvem-se as estruturas essenciais do cérebro responsável pela capacidade de aprendizagem. Assim uma nutrição adequada e estimulação dos órgãos dos sentidos reforçam a estrutura e organização do cérebro.

No que diz respeito à nutrição, saúde e disposição para aprender, as crianças que recebem cuidados constantes e dirigidos são melhores nutridos, menos doentes e aprendem melhor do que as que não recebem tais cuidados. As crianças negligenciadas são mais predispostas a sofrer de mal nutrição, de ficarem doentes e são menos motivadas a aprender. Auxiliar os pais e familiares no geral, a disponibilizar cuidados constantes e manter em boa saúde as crianças redundam em benefícios para essas mesmas.

Para a sociedade, os benefícios de uma intervenção precoce desde a pequena infância são: aumento da produtividade, economia, redução de desigualdades sociais, vantagens para as meninas, afirmação de valores e mobilização social.

No que diz respeito ao *aumento da produtividade*, o desenvolvimento de capacidades físicas e mentais das crianças propiciam o aumento dos efectivos escolares e do sucesso escolar. Ora o sucesso escolar está relacionado com a produtividade económica.

Relativamente à *economia*, o investimento financeiro feito na pequena infância (o que é importante no quadro da Educação para Todos) reduz os custos básicos e aumenta a eficácia do ensino básico. A passagem do lar à escola é mais fácil quer em termos físicos, mentais quer em termos sociais para as crianças que foram melhor preparadas para essa mudança. Consequentemente a taxa de insucesso (abandono e reprovação) é menor e nessa sequência de ideias os custos com aulas de reforço/recuperação). Diminuição das despesas com a saúde devido às medidas preventivas. Redução de custo social com delinquência e problemas inerentes considerando que as crianças permanecem mais tempo na escola, redução da taxa de absentismo, maior segurança dos pais que conscientes que os seus filhos estão a ser bem cuidados podem dedicar maior/melhor tempo no seu trabalho (2º Fórum da UNESCO).

No que concerne à Redução de desigualdades sociais, está provado que os investimentos consagrados ao desenvolvimento da pequena infância reduz as desigualdades sociais concernentes às crianças dos meios sociais desfavorecidos e garantem a possibilidade de terem

um bom começo na escola e na vida. Certos estudos afirmam que as crianças desses meios aproveitam mais que os colegas de camada socioeconómica mais privilegiada.

Segundo Zabalza, M. (1992), a educação pré-escolar pode constituir uma medida compensatória dado que possibilita todas as crianças tanto das classes desfavorecidas como das privilegiadas terem o mesmo nível de preparação para o ingresso no ensino básico.

No que respeita as vantagens para as meninas, os programas em favor da pequena infância proporcionam as raparigas a possibilidade de melhorar as suas atitudes e de mostrar que são capazes de fazer. Os estudos realizados em diferentes culturas mostram que as raparigas que participam nos programas de desenvolvimento da pequena infância têm mais chances de frequentar e permanecer na escola. São melhores preparadas para as escolas e os seus pais têm outras ambições, designadamente permitir-lhe a continuidade de estudos por mais tempo.

No quadro do mesmo Fórum afirma-se que no que se refere a afirmação de valores, a transmissão dos valores sociais e morais que guiarão futuramente cada pessoa começa nos primeiros anos de vida. Nas sociedades que se preocupam com valores essenciais mostra-se vivamente interessada nos meios de os reforçar. Os programas em favor da pequena infância podem contribuir reforçando determinação dos pais apoiando-os na sua acção bem como oferecendo ambiente em que as crianças brincam e voltam-se para os valores socialmente aceites.

Relativamente à mobilização social é extremamente difícil devido à tensão política social mobilizar toda uma sociedade inteira em favor do seu próprio problema. Centrar-se no programa de criancinhas pode ser uma estratégia eficaz para o desenvolvimento de uma acção mais ampla.

1.3 Qualidade na educação

A qualidade como alguns outros conceitos sofreu alteração de significado. Inicialmente a qualidade se cingia ao produto daí a preocupação em se fazer a inspecção do produto. De seguida passou-se a técnica de amostragem. Um outro momento surgiu com o controlo estatístico que gerou a criação do sistema de controlo de qualidade e por fim a filosofia da Qualidade Total onde e limita apenas a qualidade do produto, mas do processo, alianças com fornecedores, e outros parâmetros.

No domínio da educação, a qualidade assenta-se em dois pilares: qualidade formal relacionada com as competências técnicas e qualidade política que se refere à capacidade para criar estratégias de formação e emancipação das futuras gerações.

Segundo (Xavier, 1995, citado Longo, 1996) para que a gestão da qualidade total possa ocorrer na educação é necessário:

- comprometimento político dos dirigentes
- busca por alianças e parcerias quer públicas quer privadas;
- valorização dos profissionais da educação;
- gestão democrática;
- fortalecimento e a modernização da gestão escolar;
- racionalização e a produtividade do sistema educativo

O fortalecimento e a modernização dos processos de gestão são referidos por vários autores. Alguns especialistas asseguram que a melhoria da qualidade da educação passa pela melhoria dos processos da gestão.

1.4 Relações pedagógicas e clima organizacional

Relações pedagógicas consistem na interacção constante entre dois saberes (alunos e professores, pais e filhos, indivíduo e sociedade). Sabe-se que o ser humano possui vários tipos de necessidades. Segundo Libâneo, J. (1980) a motivação é o estado psicológico em que alguém sente necessidade de algo. Assim a pessoa age visando suprir essa necessidade. Se a necessidade for satisfeita, a pessoa conserva um moral elevado (Chiavenato, I, 1980). Ora o clima organizacional decorre do somatório do moral dos seus membros. Um bom clima organizacional, constitui um ambiente propício para aprendizagem.

1.5 Organização

A organização, tem vários significados, de acordo com os contextos de sua utilização. Contrapondo ao conceito de empresa, pode significar instituição sem fins lucrativos. Um outro conceito refere-se a uma das funções do Administrador/gestor. Nesta óptica significa a afectação dos recursos materiais, financeiros aos recursos humanos (Chiavenato, I., 1980;Teixeira, S., 1998).

Para esse estudo o conceito de organização está relacionado com o segundo conceito, isto é articulação dos recursos humanos com os materiais e financeiros.

A distribuição do espaço, na educação pré-escolar encontra amparo legal em muitos países nomeadamente na Espanha. Segundo Zabalza, M (1992) a relação criança-espaço deve ser de 1,5 m². Assim numa sala de 50m² deve acolher 40 crianças e em um de 30 m² apenas 20 crianças. Os centros educativos devem ainda possuir duas casas de banho uma sala polivalente de 60m² para actividades que envolvam todas de mesmo grupo ou ainda actividades que exijam movimentos e um pátio de recreio com uma extensão de 2m² por criança.

No capítulo apresenta-se o Sistema Educativo Cabo-verdiano, incluindo sub sistema pré-escolar, a legislação concernente, os avanços conseguidos e as dificuldades.

II - O SISTEMA EDUCATIVO CABO VERDIANO

2.1 Caracterização do país

Cabo Verde um país de dimensão reduzida e grande descontinuidade territorial ascendeu a independência em Julho de 1975.

Esse país com grandes fragilidades económicas devido a fracos recursos a nível do solo e subsolo e ciclos de seca, cedo se deu conta da necessidade de investir na formação dos Recursos Humanos. Por ser um arquipélago, a descontinuidade territorial provoca isolamento e em consequência disso, por vezes as pessoas em concelhos periféricos sentem-se privadas de direitos básicos como a educação e saúde.

O sistema político administrativo é centralizado. Na capital se concentra maior quantidade de recursos humanos qualificados, maiores possibilidades de formação e oportunidades de emprego. Tal facto propicia a emigração para os grandes centros de desenvolvimento com todas as consequências advindas, nomeadamente, aumento da demanda nos sectores básicos, como saúde, educação, cuja consequência é a sobrecarga de utilização de estruturas sociais.

2.2 Fundamentação legal

Os grandes princípios orientadores da acção do Sistema Educativo estão contidos na Constituição da República, no seu art. 1º 4. onde responsabiliza o Estado a tarefa de criar “progressivamente as condições que promovam o pleno desenvolvimento da pessoa humana garantindo a igualdade dos cidadãos e a efectiva participação destes na organização política, económica, social e cultural do Estado e da sociedade cabo verdiana”.

Segundo a Lei de Bases do Sistema Educativo, Decreto-Lei nº 103/III/90 de 29 de Dezembro no seu art. 4º afirma o direito de todos à educação.

As Grandes Opções do Plano prevê para Cabo Verde no futuro “um país aberto ao mundo, com um sistema produtivo forte e dinâmica, assente na valorização do seu capital humano, capacitação tecnológica e na sua cultura....”

2.3 Organograma dos Sistema Educativo Cabo-verdiano

Segundo a referida LBSE (Lei de Bases do Sistema Educativo), o sistema educativo cabo-verdiano encontra-se organizado em quatro subsistemas: pré-escolar, básico, secundário, médio e superior

Esse estudo incide sobre os jardins-de-infância e portanto refere-se ao subsistema pré-escolar.

A Educação pré escolar visa uma formação complementa ou supletiva das responsabilidades educativas da família sendo a rede deste subsistema essencialmente da iniciativa das autarquias,

da instituição oficiais e de entidades de direito privado, cabendo ao Estado fomentar e apoiar tais iniciativas de acordo com as possibilidades existentes.

O ensino Básico abrange um total de seis anos de escolaridade, sendo organizado em três fases, de cada uma, com dois anos de duração. Possui uma estrutura curricular caracterizada pela unidade e integração disciplinares e leccionado em regime de monodocência. Deve proporcionar a todos os indivíduos, instrumentos fundamentais para integração social e contribuir para uma completa percepção de si como pessoa e cidadão.

Ensino secundário (via técnica e geral) destina-se possibilitar a aquisição das bases científicas, tecnológicas e culturais necessárias ao prosseguimento de estudos e ao ingresso na vida activa e, em particular, permite pelas vias técnicas e grã artísticas aquisição de qualificação profissionais para a inserção no mercado de trabalho. Este nível tem a duração de seis anos com 3 ciclos de 2 anos cada.

Ensino Médio tem a natureza profissionalizante, visando a formação de quadros médios em domínios específicos dos conhecimentos.

Ensino superior compreende o ensino universitários e o politécnico visando assegurar uma preparação científica, cultural e técnica, de nível superior que habilite o cidadão para o exercício de actividades profissionais e culturais e fomenta o desenvolvimento das capacidades de concepção, inovação e análise crítica.

Educação extra-escolar desenvolve-se em dois níveis: a educação básica de adultos que abrange alfabetização, a pós alfabetização e outras acções de educação permanente tem como objectivo a elevação do nível cultural; a aprendizagem e as acções de formação profissional, orientadas para a capacitação e para o exercício de uma profissão.

O ensino especial relaciona-se com a educação especial e a educação de crianças sobredotadas.

2.4 Políticas para o pré-escolar

O plano estratégico da Educação (2000-2010) preconiza o garante da qualidade da educação através de um corpo docente qualificado, infra-estruturas adequadas, bibliotecas, laboratórios, equipamentos informáticos e de comunicação; - avaliações externas e internas integradas na gestão corrente das instituições. O objectivo principal é a melhoria da qualidade do ensino desde o pré-escolar ao ensino superior, visando com isso elevar Cabo Verde a um patamar superior em termos de desenvolvimento socioeconómico, tornando-o mais competitivo.

Cabo Verde tem procurado acompanhar o movimento de consciencialização da importância da educação pré-escolar. Esse esforço se consta nos êxitos conseguidos a nível da Saúde e Educação. Em 1995, realizou-se um Encontro Nacional de Política Social para a Pequena Infância e a Adolescência onde foi aprovada a Declaração Nacional. Em 1998, foi aprovado o

Relatório Inicial do sobre o estado da arte relativamente à aplicação da Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC).

Embora sejam indiscutíveis os ganhos conseguidos no sector do pré-escolar, permanecem ainda alguns constrangimentos nomeadamente,

- pobreza estrutural do país que afecta aproximadamente 30%
- A ausência de política específica para o sector
- A inexistência de uma estrutura coordenadora para a pequena infância
- A falta de articulação entre instituições que trabalham com crianças
- O baixo nível de instrução de muitas famílias que contribui para agravar a situação da criança
- fenómenos sociais recentes como a violência, aplicada nas suas diversas forma contra a mulher e a criança (abusos físicos, sexuais e psicológicos)
- problemas decorrentes do VIH/SIDA que provocam enormes custos económicos e sociais, contribuindo para o aumento da mortalidade infantil, o aumento do número de órfãos e afectando o futuro das crianças
- a insuficiência de mecanismos para aplicação e controlo das disposições legais existentes.

2.5 Educação pré-escolar em Cabo Verde

Parece ser consensual, os efeitos benéficos que uma educação precoce, proporciona às crianças conforme confirmam as actividades destinadas a esse público.

Em Cabo Verde, esses efeitos reflectem-se nos ganhos conseguidos nos sectores da Saúde e Educação. Em 1995, Cabo Verde realizou na ilha de Santo Antão um Encontro Nacional de Política Social para a Infância e Adolescência aonde se aprovou a Declaração Nacional da Criança e do Adolescente.

Em 2004 realizou-se um atelier sobre a abordagem integrada da pequena Infância cujo um dos objectivos era a socialização das recomendações da Mesa Redonda que teve lugar em 2001 em Santo Antão, e a sua operacionalização visando a elaboração de um projecto piloto de desenvolvimento da Pequena Infância. Nesse atelier aproveitou-se a oportunidade para partilha de conhecimento sobre a experiência piloto da Abordagem da Pequena Infância, dos países de Gambia, Mauritânia, Burkina Faso, Camarões e Senegal. De acordo com o relato feito, cada país se baseou num eixo, designadamente, nutrição, cuidados de saúde, micro créditos às mulheres, centros de apoio comunitário, estratégia de convergência e “Cases des Tout-petits, respectivamente. Nos trabalhos de grupos realizados um baseou-se na elaboração de uma Política Nacional para a Pequena Infância e outro consistiu numa proposta de projecto de Abordagem da Pequena Infância. Decidiu-se que para Cabo Verde, o eixo de sustentação do projecto seria os Jardins-de-infância, Assim elegeram-se três Jardins para acolhimento do

projecto: Jardim em Tira-Chapéu e Achada Grande de Trás, situadas na cintura periférica da capital e o de Saltos Acima, uma localidade rural situada no concelho de Santa Cruz.

Segundo dados do Ministério da Educação, em 2005/06, 21358 crianças frequentaram 465 Jardins distribuídos por todo o território nacional com maior incidência nos grandes centros urbanos. Esses Jardins totalizavam 781 salas/turmas. Do total de 950 educadoras, 2% (21) são licenciadas, 9%(88) possuem formação mais ou menos sólida (1 ano) e o restante 89% (841) são agentes educativos que não dispõem da formação, a não ser de acções de formação promovidas pelo Ministério da Educação.

No próximo capítulo apresenta-se o estudo de caso realizado em três Jardins seleccionados de afor com o estatuto.

III-ESTUDO DE CASO

3.1 Caracterização do país

Cabo Verde um país de dimensão reduzida e grande descontinuidade territorial ascendeu a independência em Julho de 1975.

Cabo Verde com grandes fragilidades económicas devido a fracos recursos a nível do solo e subsolo e ciclos de seca, cedo se deu conta da necessidade de investir na formação dos Recursos Humanos. Por ser um arquipélago, a descontinuidade territorial provoca isolamento e em consequência disso, por vezes as pessoas em concelhos periféricos sentem-se privadas de direitos básicos como a educação e saúde.

O sistema político administrativo é centralizado. Na capital se concentra maior quantidade de recursos humanos qualificados, maiores possibilidades de formação e oportunidades de emprego. Tal facto propicia a emigração para os grandes centros de desenvolvimento com todas as consequências advindas, nomeadamente, aumento da demanda nos sectores básicos, como saúde, educação, cuja consequência é a sobrecarga de utilização de estruturas sociais.

3.2 Os objectivos gerais e metodologia

Os objectivos gerais que conduziram esse estudo tem na base a necessidade de:

- Conhecer a organização dos Jardins-de-infância;
- Conhecer o funcionamento dos Jardins-de-infância.
- Compreender o impacto desse funcionamento na educação das crianças.

Para se tingir esses objectivos traçaram-se alguns objectivos específicos, designadamente:

- Reconhecer as condições da infra-estrutura de acolhimento;
- Identificar o rácio criança/sala;

- Reconhecer o grau de formação das educadoras;
- Reconhecer o nível de experiência das educadoras e demais recursos humanos afectos;
- Identificar as principais actividades pedagógicas;
- Avaliar o tipo de relações interpessoais desenvolvidas nos Jardins
- Perceber o grau de envolvimento das famílias na educação das crianças
- Avaliar as relações desenvolvidas com a comunidade onde o jardim se encontra inserido.

Para o alcance desses objectivos estabeleceu-se como metodologia a revisão bibliográfica concernente ao tema e elaborou-se um quadro teórico-conceptual. Desenvolveu-se um estudo de empírico em três Jardins-de-infância.

Os critérios de selecção dos jardins para estudos de caso tem por base, o estatuto nomeadamente, se pertence a um privado, uma ONG ou se é de carácter religioso. Assim foram seleccionados o Jardim Encanto, Sol da criança e Flores Suíças, de carácter privado, ONG e religioso, respectivamente.

Identificados os Jardins com base nos critérios mencionados, entendeu-se ser pertinente auscultar sobre a organização e funcionamento dos Jardins, as gestoras afectas aos Jardins em questão. Procedeu-se a elaboração dos guiões de entrevista. Considerando que no âmbito do projecto PROMEF (Projecto Educação e Formação), o Banco Mundial realizou um estudo sobre a qualidade de ensino no EBI (Ensino Básico Integrado) adaptou-se uma parte dos guiões que conduziram esse estudo introduzindo as devidas alterações e acrescentando outros aspectos pertinentes. De seguida foram realizadas as entrevistas.

3.3 Caso 1. Jardim-de-infância Encanto

O Jardim-de-infância Encanto encontra-se localizado na zona urbana, denominada Fazenda, um dos bairros da classe média. Esse jardim conta com quatro anos de existência (criado em 2005). Funciona das 8.00hs às 12.00hs e das 14.00hs às 16.00hs. No entanto existe um horário alternativo, das 8.00hs às 16.00hs.

As crianças são oriundas de famílias de classe média, sendo a maioria filhos/as de pais licenciados.

Gestão dos espaços

Relativamente as infra-estruturas, o jardim possui cinco salas: uma para crianças de zero a um ano, outra para 2 a 3 anos, outra de 3 a 4 anos, outra de 4 a 5 anos e ainda uma para 5 a 6 anos de idade. Possui ainda outros espaços nomeadamente sala polivalente, área de lazer cozinha e casas de banho.

Os espaços encontram-se em boas condições (Quadro 1)

Quadro1. Infra-estruturas e condições de uso

ESPAÇOS AREA/CANTO	AREA	CONDIÇÕES	
		ADEQUADA (definição da escola)	INADEQUADA (definição da escola)
SALA	30	X	
SALA	30	X	
SALA	20	X	
SALA	20	X	
SALA	15	X	
SALA POLIVALENTE	35	X	
ÁREA DE LAZER		X	
ÁREA DE LAZER		X	
COZINHA		X	
CASA DE BANHO		X	
CASA DE BANHO		X	
CASA DE BANHO		X	

Dados estatísticos

Relativamente às crianças inscritas conta-se com um total de 124 crianças, sendo 81 de manhã e 43 à tarde.

O rácio de criança por sala é de 25 e o rácio criança monitora também é de 25.

Quadro 2. Inscrições por sala e turno

TURNO S	CRIANÇAS/TURNOS	SAL A 1	SAL A 2	SAL A 3	SAL A 4	SAL A 5	TOTAL	Rácio criança/sala
MANHÃ	CRIANÇAS	13	23	27	10	08	81	16
TARDE	CRIANÇAS	12	10	09	09	03	43	9
TOTAL	CRIANÇAS	25	23	36	19	11	124	

Gestão dos Recursos Humanos

No que respeita ao pessoal docente o rácio de criança por monitora é de 24 crianças.

No que concerne ao nível de formação, 60% são orientadoras e 40% monitoras.

O pessoal de docente tem participado nas acções de formação desenvolvidas pelo Ministério da Educação.

Quadro 3. Repartição do pessoal docente por habilitação profissional

Enquadramento	Habilitação profissional	%
Orientadoras	3	60
Monitoras	2	40
Educadoras de Infância	-	
Total	5	100

Relativamente à experiência profissional, a maioria do corpo docente situa-se entre dois a cinco anos de serviço (80%) e 20% possui mais dez anos de trabalho.

Quadro 4. Repartição do pessoal docente por tempo de serviço

Tempo de serviço (anos)	Total	%
0-1		
2-5	4	80
6-10		
10-15	1	20
Total	5	100

O Jardim ainda conta o pessoal administrativo de suporte às actividades desenvolvidas, nomeadamente duas empregadas de limpeza, uma cozinheira.

Quadro 5. Repartição do pessoal administrativo por habilitação profissional

Habilitação académica/profissional (especificar)		
	Nº	%
Guarda		
Empregada de limpeza	2	67
Cozinheira	1	33
Total	3	100

No que se refere ao tempo de serviço, todos se situam na faixa de dois a cinco anos de trabalho.

Quadro 6. Repartição do pessoal administrativo por tempo de serviço

Tempo de serviço	Total	%
	0-1	
2-5	3	100
6-10		
10-15		
Total	3	100

Gestão pedagógica

O Jardim encontra-se organizado por áreas/cantinhos designadamente, da casinha de boneca, da leitura e dos jogos.

Esses cantinhos são utilizados diariamente pelas crianças, conforme o tipo de actividades.

As actividades desenvolvidas são planificadas conjuntamente, na Delegação da educação, quinzenalmente, sendo a adaptadas de acordo com as necessidades verificadas.

A planificação é feita tendo em conta as grandes áreas do Guia de Actividades.

A rotina nesse Jardim é constituída pelas actividades de acolhimento, expressão físico motora, linguagem, higiene, lanche, higiene e trabalho de grupo.

Recursos materiais e financeiros

Relativamente aos recursos que apoiam o Jardim, as famílias pagam mensalidade no valor de dois mil (2000\$00) a dois mil e quinhentos (2500\$00) escudos cabo-verdiano, de acordo com o estatuto socioeconómico. Os pais ainda contribuem com a refeição quente servida às crianças e ainda essas trazem lanche de casa.

Relações interpessoais

No que diz respeito as relações interpessoais o jardim classifica as suas relações com os órgãos do Ministério da Educação, nomeadamente, Gabinete de Estudos, Direcção Geral de Ensino Básico e Secundário, Inspeção Geral instituto de cabo-verdiano de acção Social e Escolar de razoável.

No que respeita a relação com os pais e famílias em geral, a proprietária classifica o jardim de boa, pois existe uma forte demanda e os pais fazem boa publicidade acerca do jardim.

Caso 2 Jardim-de-infância Sol da Infância

O Jardim Sol de Infância fica localizado no bairro de Calabaceira, pertencente a uma zona peri-urbana. As crianças convivem com pobreza, famílias destruídas, alcoolismo, violência doméstica e outros males sociais.

Gestão dos espaços

No espaço físico do Jardim funcionava anteriormente o EBI e tendo em conta a diminuição do fluxo escolar, foi cedido por empréstimo à Fundação Infância Feliz, tendo por base o reconhecimento do esforço envidado pela Fundação em prol de crianças desfavorecidas.

O espaço é constituído por 3 salas em bom estado de conservação, uma área de lazer aberta e ampla (pátio) e duas casas de banho.

A capacidade de acolhimento do jardim é de 150 crianças.

Quadro1. Infra-estruturas e condições de uso

ESPAÇOS AREA/CANTO	AREA	CONDIÇÕES	
		ADEQUADA (definição da escola)	INADEQUADA(definição da escola)
SALA		X	
SALA		X	
SALA		X	
SALA			
SALA POLIVALENTE			
ÁREA DE LAZER		X	
COZINHA			
CASA DE BANHO		X	
CASA DE BANHO		X	

Dados estatísticos

No que concerne as crianças inscritas, o jardim acolhe 89 crianças de manhã e 58 à tarde perfazendo um total de 147, perfeitamente em consonância com capacidade de acolhimento referido acima que é de 150.

O rácio de criança por sala é de 30 de manhã e 29 à tarde 25 e o rácio criança monitora também é de 30.

Quadro 2. Inscrições por sala e turno

TURNOS	CRIANÇAS/TURNOS	SAL A 1	SAL A 2	SAL A 3	SAL A 4	SAL A 5	TOTAL	Rácio criança/sala
MANHÃ	CRIANÇAS	30	29	30			89	30
TARDE	CRIANÇAS	28	30				58	29
TOTAL	CRIANÇAS	58	59	30			147	30

Gestão dos Recursos Humanos

A maioria (80%) do pessoal docente não possui formação (Quadro 3). No entanto usufruem de alguma acção de formação desenvolvida pelo Ministério da Educação.

Quadro 3. Repartição do pessoal docente por habilitação profissional

Enquadramento	Habilitação profissional	%
Orientadoras		
Monitoras	4	80
Educadoras de Infância	1	20
Total	5	100

No que se refere à experiência profissional, mais da metade (60%) situa-se na faixa de 2 a 5 anos de serviço.

Quadro 4. Repartição do pessoal docente por tempo de serviço

Tempo de serviço (anos)	Total	%
0-1	1	20
2-5	3	60
6-10		
10-15	1	20
Total	5	100

O pessoal não docente é constituído por uma gestora, uma Directora, duas subdirectoras, uma encarregada de limpeza e um guarda.

Quadro 5. Repartição do pessoal administrativo por habilitação profissional

Habilitação académica/profissional (especificar)		
	Nº	%
Gestora	1	17
Guarda	1	17
Encarregada de limpeza	1	17
Directora	1	17
Sub Directora	2	33
Total	6	100

O pessoal administrativo tem pouco anos de experiência. 67% encontra-se na faixa de 0 a 1 ano e 33% entre dois a cinco anos.

Quadro 6. Repartição do pessoal administrativo por tempo de serviço

Tempo de serviço		
	Total	%
0-1	4	67
2-5	2	33
6-10		
10-15		
Total	6	100

Gestão pedagógica

O jardim encontra-se organizado por cantinhos, designadamente, leitura/história, bonecas, brinquedos, jogos e à entrada adaptaram o espaço para cantinho da natureza (plantas).

As crianças utilizam todos os cantinhos.

A planificação das actividades são realizadas quinzenalmente em conjunto com outros Jardins na Delegação da Educação e semanalmente reúnem para adequação da planificação. Entende que é de extrema importância pois propicia a uniformização para além de ser uma orientação para as monitoras que não possuem formação.

O jardim possui um plano anual de actividades.

Relativamente à rotina, as crianças são acolhidas, de seguida realiza-se a actividade de linguagem e matemática intercaladas com actividades de livre escolha.

Quadro 7. Actividades desenvolvidas

Actividades	Início	Término
Acolhimento		
Linguagem		
Matemática		

Recursos materiais e financeiros

A contribuição das famílias é no valor simbólico de quinhentos escudos (500\$00).

No que respeita a apoios, o Jardim não recebe ajudas financeiras, no entanto a UNESCO apoia com materiais escolares e reabilitação de infra-estrutura.

O jardim por enquanto não disponibiliza refeição quente nem lanche, mas tem uma promessa por parte do ICASE que deverá apoiar no próximo não com refeição. As crianças trazem lanche de casa.

Relações interpessoais

A entrevistada classifica de boa as relações interpessoais criança-criança, adulto-adulto e adulto-criança.

Relativamente as relações com a família são boas porque o pessoal da direcção realiza visitas domiciliarias e os pais sentem à vontade para procurar a Fundação e expor os seus problema e solicitar ajuda.

Caso 3. Jardim-de-infância Flores Suíça

O Jardim situa-se em Monte Vermelho, numa zona urbana e atende a uma população desfavorecida que convive ao lado de uma zona de classe social privilegiada.

O Jardim funciona das 8.00hs às 12.00hs e das 14.00hs às 18.30hs. A sua capacidade de acolhimento de 1990.

Gestão dos espaços

Relativamente as infra-estruturas, o jardim possui cinco salas: duas para crianças de cinco anos duas outras para meninos com quatro anos, uma para crianças de três anos e uma outra heterogénea em termos de idade, que só funciona à tarde.

Para além desses espaços, conta com uma casa de banho, cozinha, área de lazer e um pátio para desporto.

Os espaços encontram-se em boas condições (Quadro 1).

Quadro1. Infra-estruturas e condições de uso

ESPAÇOS AREA/CANTO	AREA	CONDIÇÕES	
		ADEQUADA (definição da escola)	INADEQUADA (definição da escola)
SALA		BOA	
SALA		BOA	
SALA		BOA	
SALA		BOA	
SALA		BOA	
SALA POLIVALENTE	-	-	
ÁREA DE LAZER		BOA	
PATIO		BOM	
COZINHA		BOA	
CASA DE BANHO		BOA	
CASA DE BANHO	-	-	

Dados estatísticos

No que respeita às inscrições, o total é de 158, com 112 crianças de manhã e 35 à tarde.

O rácio de criança por sala é de 25 de manhã e 35 à tarde e o rácio criança monitora é de 16.

Quadro 2. Inscrições por sala e turno

TURNOS	CRIANÇAS/TURNOS	SALA 1	SALA 2	SALA 3	SALA 4	SALA 5	TOTAL	Rácio criança/sala
MANHÃ	CRIANÇAS	25	22	23	23	30	123	25
TARDE	CRIANÇAS	35					35	35
TOTAL	CRIANÇAS	60	22	23	23	30	158	32

Gestão dos Recursos Humanos

Como em qualquer outro jardim, os recursos humanos dividem-se entre pessoal docente e pessoal não docente.

Relativamente ao pessoal docente, o Jardim conta com 10 profissionais, sendo uma habilitada em Ciências da Educação, duas em formação em Ciências da Educação, uma formanda em Estudos Franceses. Do restante, uma possui 11º ano, outra o 8º ano, uma desistiu do Curso de

Ciências da Educação, outra concluiu a 6ª classe, outra ex 5º ano dos liceus, e outra o ex 4º ano dos liceus.

Quadro 3. Repartição do pessoal docente por habilitação profissional

Enquadramento	Habilitação profissional	%
Orientadoras	06	60
Monitoras	04	40
Educadoras de Infância		

A maioria (60%) do corpo docente situa-se entre seis a dez anos de serviço e 10% têm entre dez a quinze anos de experiência.

Quadro 4. Repartição do pessoal docente por tempo de serviço

Tempo de serviço (anos)	Total	%
0-1		
2-5	3	30
6-10	6	60
10-15	1	10
Total	10	100

Dos sete funcionários do Jardim, dividem-se pelos seguintes cargos: uma gestora, uma coordenadora, um guarda, uma secretária, uma empregada de limpeza e uma cozinheira

Quadro 5. Repartição do pessoal administrativo por habilitação profissional

Habilitação académica/profissional (especificar)		
	Nº	%
Gestora	1	14
Coordenadora	1	14
Guarda	2	28
Secretária	1	14
Empregada de limpeza	1	14
Cozinheira	1	14
Total	7	100

O pessoal administrativo não parece possuir muita experiência; a maioria (57%) situa-se em termos de experiência entre dois a cinco anos.

Quadro 6. Repartição do pessoal administrativo por tempo de serviço

Tempo de serviço	Total	%
	0-1	
2-5	4	57
6-10	3	43
10-15		
Total	7	100

Gestão pedagógica

O jardim encontra-se organizado por cantinho de leitura, jogos e boneca.

A planificação das actividades é feita quinzenalmente em conjunto com outros Jardins na Delegação da Educação e semanalmente reúnem para adequação da planificação. Para além da planificação, o jardim possuiu o seu plano de actividades.

Relativamente à rotina, as crianças são acolhidas, de seguida realiza-se expressão físico motora, círculo onde se explica o tema do dia, actividades de mesa conforme a planificação, lanche, actividades livre ou orientada, conto visando a transmissão de um valores e jogos.

Recursos materiais e financeiros

No que respeita aos recursos, os principais financiadores são a Itália e o PAM através do ICASE fornece alimentos para confecção das refeições.

As famílias contribuem com uma quantia mensal entre 1500\$00 a 3000\$00 cabo-verdianos.

Relações interpessoais

As relações entre crianças, adulto e criança-adulto são boas. As relações com os órgãos do Ministério da Educação são boas. As relações com a comunidade, pois de acordo com o tratamento de temas as educadoras levam as crianças para visitas à comunidade. As educadoras comunicam de forma harmoniosa com as famílias. Atendem as solicitações das famílias dentro do possível. Quando há actividades, as famílias são convidadas a participarem.

3.4 Análise comparativa

Os Jardins-de-infância em estudo possuem estatutos diferentes: um privado, outro de carácter religioso e um outro publico

No que respeita a localização dois pertencem a zona urbana, sendo um localizado numa zona de classe média, outro numa zona degradada contrastando com os habitante de zona ao lado

constituída pela elite, com uma coabitação pacífica e outro na cintura periférica da capital, convivendo com violência, agressões, famílias destruídas de entre outros problemas sociais.

Gestão dos espaços

Os jardins gozam de espaços em boas condições. Verifica-se no entanto

Espaços/áreas/Canto	Jardim Encanto	Jardim Sol da Infância	Jardim Flores Suíça
Sala	5	3	5
Sala Polivalente	1		
Pátio			
Área de lazer	2	1	1
Cozinha	1		1
Casa de Banho	3	2	1

Dados estatísticos

Quadro 2. Inscrições por sala e turno

Jardins	Turno	Total	Rácio
Encanto	Manhã	81	16
	Tarde	43	9
Total		124	25
Sol da Infância	Manhã	89	30
	Tarde	58	29
Total		147	49
Flores Suíça	Manhã	112	37
	Tarde	46	23
Total		158	40

Gestão dos Recursos Humanos

Quadro 3. Repartição do pessoal docente por habilitação profissional

Enquadramento	Habilitação profissional	%
Orientadoras	3	60
Monitoras	2	40
Educadoras de Infância	-	

Quadro 4. Repartição do pessoal docente por tempo de serviço

Tempo de serviço (anos)	Total	%
0-1		
2-5		
6-10		
10-15		
Total		

Quadro 5. Repartição do pessoal administrativo por habilitação profissional

Habilitação académica/profissional (especificar)	Nº	%
Empregada de limpeza		
Cozinheira		
Total		

Quadro 6. Repartição do pessoal administrativo por tempo de serviço

Tempo de serviço	Total	%
0-1		
2-5		
6-10		
10-15		
Total		

Gestão pedagógica

Recursos materiais e financeiros

Relações interpessoais

Conclusões

As infra-estruturas apresentam boas condições de uso. O rácio criança sala e criança monitora

De forma geral as educadoras não possuem formação específica. A maioria faz parte do grupo de orientadoras denominação atribuídas aos agentes educativos de Jardins, que não possuem formação superior no domínio.

A qualificação do funcionário depende de Jardim e cargo.

No que respeita a participação dos pais e Encarregados de Educação, os jardins são unânimes em afirmar que os pais participam de forma razoável, mas gostariam eu fosse melhor. Serviços sociais.

Os recursos materiais e financeiros não abundam. Em algum caso o Jardim conta com o apoio em matérias da UNESCO e outro recebe ajuda da Cooperação Italiana e do ICASE com alimentos para confecção de refeições para as crianças.

BIBLIOGRFIA

ARROW, K. *Higher education as a filter*. Journal of Political Economy, v.2 n3, 1973.

BECKER,G. *Investment in Human capital: a theoretical analysis*, Journal of Political Economy, 1962.Suplement.

2ème REUNION DU FORUM, sur EDUCATION POUR TOUS, *Le developement de la petite enfance*, UNESCO,1993.

CHIAVENATO,I. *Teoria Geral da Administação*, 1980.

SCHULTZ, T. *O capital humano*. Rio de Janeiro:Zahar, 1973.

TEIXEIRA,S. *Gestão das Organizações*, McGraw-Hill de Portugal, Lda,1998.

ZABALZA, M. *Didáctica da Educação Infantil*.Edições Asa, Clube do professor,1992.